




## Michel Foucault: a inspeção arquitetônica da biopolítica

### *Michel Foucault: the architectural inspection of biopolitics*

 Guilherme Henrique da Silva Basco Garcia

**Resumo:** A presente pesquisa consiste em fazer o uso das análises do conceito de biopolítica, através das perspectivas, compreensões e concepções de Michel Foucault em relação ao espaço, ou seja, em analisar o espaço da cidade sob o prisma da biopolítica. A proposta inicial é delimitar, de algum modo, uma definição do conceito de biopolítica e apresentar sua influência e impacto no espaço. A proposta principal desta pesquisa é estabelecer uma relação entre o saber médico, apresentado no contexto espacial da biopolítica, e sua adequação a outras áreas do saber, isto é, sua intersecção com a geografia, a arquitetura e o urbanismo. Nesse sentido, analisa-se a mudança da concepção médica do século XVIII e como os mecanismos biopolíticos se constituem através de sua apropriação, além de apresentar o modo irreduzível como a “vida” está inspecionada e sobreposta a uma questão médico-espacial.

**Palavras-chave:** biopolítica; cidade; espaço; medicina.

**Abstract:** This research consists of using the analysis of the concept of biopolitics, through Michel Foucault's perspectives, understandings and conceptions in relation to space, in other words, of analyzing the space of the city through biopolitics. The initial proposal is to somehow define the concept of biopolitics and present its influence and impact on space. The main purpose of this research is to establish a relationship between the medical knowledge presented in the spatial context of biopolitics, and its adaptation to other areas, i.e. its intersection with geography, architecture and urbanism. In this sense, it analyzes the change in the medical conception of the 18th century and how biopolitical mechanisms are constituted through its appropriation, presenting the irreducible way in which “life” is inspected and superimposed by medical-spatial issues.

**Keywords:** biopolitics; city; space; medicine.

## 1. Sobre a biopolítica

### 1.1 O contexto da biopolítica: uma leitura espacial

O presente texto tem como objetivo analisar o conceito da biopolítica nas perspectivas, compreensões e concepções de Michel Foucault em relação ao espaço, ou seja, o espaço da cidade sob o prisma da biopolítica. A proposta inicial é delimitar, de algum modo, uma definição do conceito de biopolítica e apresentar sua influência e impacto no espaço.

A aparição do conceito de biopolítica é fragmentada em diversos registros. Cronologicamente, a primeira menção ao termo surge em uma conferência chamada *O nascimento da medicina social*, realizada no Rio de Janeiro, em 1974; depois, aparece na obra *História da sexualidade: a vontade de saber (vol. I)*, de 1976, sucedida pelas menções nos cursos ministrados no *Collège de France: Em Defesa da Sociedade (1975-1976)*, com destaque para a última aula, *Segurança, Território e População (1977-1978)*; e *Nascimento da Biopolítica*<sup>1</sup> (1978-1979).

Por uma questão de método, a análise se dará em um recorte específico na conjuntura dos cursos mencionados, isto é, serão analisadas a última aula de *Em Defesa da Sociedade*, de 17 de março de 1976, e a aula de 11 de janeiro de 1978, de *Segurança, Território e População*. O intuito é estabelecer uma definição de biopolítica e uma chave de leitura interpretativa sobre o espaço nos cursos e aulas.

Para se ater à trajetória das pesquisas de Foucault sobre a biopolítica, é necessário e importante considerar a primeira aparição do termo, na conferência *O nascimento da medicina social*, na qual Foucault aborda questões sobre aquilo que se pode compreender como uma “medicina urbana”. Com o nascimento da medicina moderna, no final do século XVIII, Foucault questiona se relações de mercado, ou melhor, se uma economia capitalista interpela os indivíduos fazendo com que a medicina seja individualista, uma relação “privada” entre o médico e o doente. Nesse sentido, Foucault propõe uma inversão dessa relação, ao mesmo tempo em que compreende que ela é um dos aspectos possíveis. Mesmo que o caráter individualista exista, Foucault compreende que a medicina moderna é sempre social e sua constituição se instaura numa tecnologia do corpo social.

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade

---

<sup>1</sup> Apesar dos importantes temas e questões trabalhados neste curso, não será relevante no presente momento.

capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica. (Foucault, 2015, p. 144)

Na conferência *O nascimento da medicina social* (1974), o objetivo de Foucault é: demonstrar como essa nova tecnologia – a medicina moderna – opera no corpo social, analisando seu nascimento e desenvolvimento, a exemplo da medicina de Estado da Alemanha no século XVIII (*Staatswissenschaft*<sup>2</sup>), pioneira nessa prática, paralelamente à França e à Inglaterra.

A primeira aresta e um possível horizonte sobre o conceito, ou o surgimento de seu cunho etimológico, se apresenta na conferência *O nascimento da medicina social*. Curiosamente, a primeira conferência realizada por Foucault, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1974, foi *Crise da medicina ou crise da antimedicina*<sup>3</sup>, na qual se apresentam traços e conexões com a temática abordada em *O nascimento da medicina social*.

Em nossos dias, descobre-se algo novo: a história do homem e a vida estão profundamente implicados. A história do homem não continua simplesmente a vida, nem a reproduz; até certo ponto, ela reassume a vida e pode exercer vários efeitos absolutamente fundamentais sobre seus processos. Este é um dos grandes riscos da medicina atual e uma das razões para a espécie de mal-estar que se comunica dos médicos aos doentes, dos técnicos à população em geral, no que tange aos efeitos da ação médica. (Foucault, 1974/2010, p. 179)

A conferência *Crise da medicina ou crise da antimedicina*, no entanto, analisa situações específicas sobre os temas, a exemplo da elaboração Plano Beveridge<sup>4</sup>, modelo econômico de saúde de Estado da Inglaterra:

O Plano Beveridge indica que o Estado se encarrega da saúde. Poder-se-ia dizer que não se trata de uma inovação, pois, desde o século XVIII, uma das funções do Estado – se não a fundamental, pelo menos uma importante função – era a de garantir a saúde física dos cidadãos. Creio, entretanto, que até meados do século XX, garantir a saúde significava essencialmente, para o Estado, assegurar a força física nacional, sua capacidade de trabalho e de produção, bem como de defesa e ataque militares. Até então, a função da medicina de

---

<sup>2</sup> A noção de *Staatswissenschaft*, uma noção alemã e sob o nome de ciência do Estado, pode agrupar duas coisas, que aparecem, nessa época, na Alemanha: por um lado, um conhecimento que tem por objetivo o Estado; não somente os recursos naturais de uma sociedade, nem o estado de sua população, mas também o funcionamento geral de seu aparelho político. Os inquéritos sobre os recursos e o funcionamento dos Estados foram uma especialidade, uma disciplina alemã do século XVIII; por outro lado, a expressão significa também o conjunto dos procedimentos pelos quais o Estado extraiu e acumulou conhecimento para melhor assegurar seu funcionamento (Foucault, 2015, p. 145).

<sup>3</sup> Primeira conferência proferida, em outubro de 1974, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ. Texto traduzido do espanhol por Heliana Conde. Publicado na Revista Verve n. 18, em 2010.

<sup>4</sup> O *Plano Beveridge de Seguridade Social* foi constituído em 1942 durante a Segunda Guerra Mundial, fundado e criado pelo economista progressista William Henry Beveridge. Este programa é característico pela origem e modelo, para os assim chamados Estados de Bem-Estar Social.

Estado esteve principalmente orientada para finalidades nacionalistas, quando não raciais. Com o Plano Beveridge, a saúde torna-se objeto de preocupação dos Estados não basicamente para eles mesmos, mas para os indivíduos, quer dizer, o direito do homem de manter seu corpo em boa saúde se converte em objeto da própria ação do Estado. Por conseguinte, os termos se invertem: o conceito de indivíduo em boa saúde para o Estado é substituído pelo de Estado para o indivíduo em boa saúde. (Foucault, 1974/2010, p. 168)

A conferência também aborda o surgimento da medicina moderna e suas implicações e intervenções enquanto cientificidade: “o que aparece desde o começo do século XX é o fato de que a medicina pode ser perigo não na medida de sua ignorância e falsidade, mas na de seu saber, na medida em que ela constitui uma ciência” (Foucault, 1974/2010, p. 174). Nota-se que ambas as conferências/textos são como formas de passagens e transições no pensamento de Michel Foucault acerca da biopolítica. “Estamos na bio-história e isso é um elemento muito importante” (Foucault, 1974/2010, p. 178).

Na obra *História da sexualidade: a vontade de saber (vol. I)*, de 1976, há uma estrutura de análise que engloba os mecanismos do poder disciplinar, visando primordialmente o controle da vida. Aparentemente, a biopolítica está no estágio final das compreensões deferidas por Foucault sobre os poderes, no entanto, fica evidente que no último capítulo da obra mencionada, *Direito de morte e poder sobre a vida*, a biopolítica se maximiza e se potencializa ao adentrar nas conjunções do poder disciplinar. As camadas e esferas de ambos os poderes se cruzam e se conectam, todavia, é preciso mencionar que cada poder possui uma estratégia específica no campo de análise e de inferência. Podemos compreendê-las como “rotas” diferentes de um mesmo caminho, ou seja, as questões da vida e do indivíduo, almejando alcançar os corpos e a população. Neste sentido, formasse uma nova nomenclatura, *biopoder*.

Na realidade, tratar-se-ia de considerar que não é por meio da oposição entre indivíduo e população, ou “anátomo-política do corpo humano” e “biopolítica da população”, que podemos distinguir o exercício do poder disciplinar do da biopolítica. Quer dizer, estes pares de opostos podem marcar estratégias diferentes de exercício do poder, mas não são suficientes para diferenciar seus respectivos “alvos” de ataque. Justamente porque eles coincidem, é a vida enquanto tem ela valor político. (Temple, 2012, p. 49)

As análises de Foucault sobre o biopoder evidenciam mudanças, aplicações e rupturas de mecanismos e estratégias de poder – aqui, centralizadas no poder sobre a vida –, diferenciando-se dos mecanismos do poder soberano. O poder soberano, a grosso modo, é caracterizado por uma estrutura régia de constituição de poder, ao mesmo tempo absoluta no domínio e controle da vida. Ele domina

as instâncias da vida e da morte. Nesse sentido, o soberano possui o direito de vida e morte dos indivíduos, isto é, de seus súditos.

[...] o direito de vida e morte, sob essa forma moderna, relativa e limitada, como também sob sua forma antiga e absoluta, é um direito assimétrico. O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como “de vida e morte” é, de fato, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver. (Foucault, 2020, p. 146)

A jurisdição e a inquisição soberana do direito sobre a vida são marcadas pela perspectiva da morte e é através da morte que a vida do súdito é submetida. A submissão do súdito está em várias condições da vida, não apenas o direito de morte, mas a totalidade dela.

[...] instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos. O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la. (Foucault, 2020, p. 146)

Nas instâncias dos poderes, isto é, suas rupturas e fragmentações, numa análise acerca da importância do indivíduo, o biopoder engloba o indivíduo na perspectiva da promoção da vida, do cuidado da vida, vinculada, por exemplo, ao mercado e à produção – à ascensão industrial do século XVIII. Nesse sentido, o cuidado da vida é de relevância para o mercado, da saúde à economia. O biopoder promove a vida ao invés de suprimi-la. Um exemplo para marcar essa passagem do cuidado da vida é a pena de morte.

No curso *Em Defesa da Sociedade*, de modo geral, Foucault trata de questões relevantes acerca do racismo de Estado e, mais especificamente, da luta das raças. A proposta aqui não é investigar o curso em sua totalidade, mas é necessário demarcar algumas das principais reflexões trabalhadas nele, para analisar o contexto da biopolítica na aula de 17 de março de 1976.

Resumidamente, as lutas são notoriamente marcadas pelas disputas e narrativas das raças, dos vencidos e dos vencedores. Foucault buscou analisar essa relação pelo método genealógico, que permite alcançar linhas de descontinuidades dos saberes “sujeitados”, “desqualificados” e “baixos”. Estes saberes são “o do psiquiatrizado, o do doente, o do enfermeiro, o do médico, mas paralelo e marginal em comparação com o saber médico, o saber do delinquente etc.”<sup>5</sup> (Foucault, 1999, p. 12).

---

<sup>5</sup> Aula de 7 de janeiro de 1976.

O método adotado é a genealogia: as verdades são indagadas na persistência e descontinuidade das práticas históricas e nos seus efeitos. Foucault identifica a cada passo o eixo histórico e contingente em cujo âmbito um discurso evidencia saberes e práticas que têm pretensão de verdade e efeitos de poder, portanto o jogo complexo e múltiplo de uma determinada vontade de saber: esse jogo não está subjacente ao discurso (nada está por baixo, como ao contrário acontecia na crítica da ideologia: estrutura-superestrutura), mas dentro. (Bazzicalupo, 2017, pp. 36-37)

Foucault chama esses saberes de “saberes das pessoas”, o que implica relacioná-los em sua compreensão local, regional e particular. Para Foucault, o conhecimento desses saberes se encontra em repouso e é culminado numa espécie de senso comum, por ser mantido como algo em “tutela”. No fundo, a que isso diz respeito? Segundo Foucault, ao saber histórico das lutas, dos conflitos, dos combates, das guerras, isto é, das disposições das forças e dos poderes que nelas se exercem. Afinal, do que trata o método genealógico?

O que está em jogo em todas essas genealogias, vocês sabem, mal tenho necessidade de precisar, isto é: o que esse poder, cuja irrupção, cuja força, cuja contundência, cujo absurdo apareceram concretamente no decorrer destes últimos quarenta anos, ao mesmo tempo na linha de desmoronamento do nazismo e na linha de recuo do stalinismo? O que é poder? Ou melhor – porque a pergunta: “O que é poder?” seria justamente uma questão teórica que coroaria o conjunto, o que eu não –, o que está em é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas. (Foucault, 1999, p. 19)

O objetivo da genealogia é encontrar elementos enraizados em uma memória local, regional e particular e encontrar, em um ponto “fixo”, um embate de forças (conflitos) que emergem de uma origem, um saber no qual o poder se revela, um saber-poder das forças que se colidem, em uma relação conjunta entre dominação e submissão. O limite destas relações de forças não está desassociado da produção e do efeito de verdade – essa é a intenção das genealogias para com o poder: desvendar e revelar os discursos “sepultados” de verdade. Aliás, como o poder se exerce?

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles<sup>6</sup>. (Foucault, 1999, p. 35)

---

<sup>6</sup> Aula de 14 de janeiro de 1976.

Nesse sentido, Foucault compreende e propõe analisar as relações do poder não por sua interioridade, mas sim por sua exterioridade – seu objetivo e alvo de dominação –, e é neste objetivo de dominação (sujeitado) que se encontra, por meio das mediações, a real intenção do poder. É, talvez, na relação entre o reprimido e o sujeitoado que surge o padrão de discursos de verdade e sua normalização.

Nas primeiras aulas do curso *Em Defesa da Sociedade*, nota-se que a questão da biopolítica ainda não está posta, pois Foucault está pensando e articulando a sobreposição e a justaposição de dois modelos de poderes que antecedem a biopolítica: o poder soberano e o poder disciplinar.

Um direito da soberania e uma mecânica da disciplina: é entre esses dois limites, creio eu, que se pratica o exercício do poder. Mas esses dois limites são de tal forma, e são tão heterogêneos, que nunca se pode fazer que um coincida com o outro. O poder se exerce, nas sociedades modernas, através, a partir do e no próprio jogo dessa heterogeneidade entre um direito público da soberania e uma mecânica poliforma da disciplina. Isto não quer dizer que vocês têm, de um lado, um sistema de direito tagarela e explícito, que seria o da soberania, e depois disciplinar obscura e mudas que trabalhariam em profundidades, na sombra, e que constituiriam o subsolo silencioso da grande mecânica do poder. (Foucault, 1999, p. 45)

O poder disciplinar possui uma constituição e discurso próprio e está à parte do poder soberano (do exercício da lei); “as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma.” (Foucault, 1999, p. 45). Novamente, vale ressaltar a obra *Vigiar e Punir* (1975):

Aparece, por meio das disciplinas, o poder da Norma. Nova lei da sociedade moderna? Digamos antes que desde o século XVIII ele veio se unir a outros poderes obrigando-os a novas delimitações; o da Lei, o da Palavra e do Texto, o da Tradição. O normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde; estabelece-se na regularização dos processos e dos produtos industriais. (Foucault, 2014, p. 180)

Essas relações de poder, no contexto de *Em Defesa da Sociedade*, implicam o fenômeno da guerra no que se refere às lutas das raças:

[...] a guerra pode valer efetivamente como análise das relações de poder e como matriz das técnicas de dominação? Vocês me dirão que não se pode, logo de saída, confundir relações de força e relações de guerra. É claro. Mas tomarei isso simplesmente como um [caso] extremo, na medida em que a guerra pode passar por ponto de tensão máxima, pela nudez mesma das relações de força. A relação de poder será em seu fundo uma relação de enfrentamento, de luta de morte, de guerra? Sob a paz, a ordem, a riqueza, a autoridade, sob a ordem calma das

subordinações, sob o Estado, sob os aparelhos do Estado, sob as leis, etc., devemos entender e redescobrir uma espécie de guerra primitiva e permanente?<sup>7</sup> (Foucault, 1999, p. 53)

Quanto ao racismo de Estado, Foucault diz:

Muito cedo, encontramos os elementos fundamentais que constituem a possibilidade da guerra e que lhe garantem a manutenção, o prosseguimento e o desenvolvimento: diferenças étnicas, diferenças das línguas; diferenças de força, de vigor, de energia e de violência; diferenças de selvageria e de barbárie; conquista e servidão de uma raça por uma outra. O corpo social é no fundo articulado a partir de suas raças. É a ideia segundo a qual a sociedade é, de um extremo a outro, percorrida por esse enfrentamento das raças, que encontramos formulado já no século XVII e como que matriz de todas as formas sob as quais, em seguida, investigaremos a fisionomia e os mecanismos da guerra social<sup>8</sup>. (Foucault, 1999, pp. 70-71)

Para exemplificar o contexto dessas lutas, Foucault analisa o embate discursivo das ancestralidades e descendências dos povos, por exemplo, sobretudo do povo Francês, questionando se sua origem era galesa ou romana. Essas lutas não necessariamente implicam na guerra, ou seja, na invasão e na dominação propriamente ditas, mas sim na luta-guerra de sua origem. Foucault investiga o fenômeno da guerra no contexto da disputa de poder e da narrativa de poder de uma raça sobre a outra, isto é, das guerras entre as raças superiores e as raças inferiores. Foucault não descarta a tese da batalha, porém realoca a questão da guerra para outros eixos, ou seja, para o campo da política. Não cabe aqui, entretanto, aprofundar-se na especificidade dessa temática.

Pode-se compreender, dessa forma, o quadro geral de *Em Defesa da Sociedade*. Antes de entrar na biopolítica, há algumas discussões interessantes que podem ser conciliadas com a questão do saber médico que, de algum modo, apresenta características similares às conferências de 1974.

Toda a segunda metade do século XVIII viu desenvolver-se todo um trabalho de homogeneização, normalização, classificação e centralização, ao mesmo tempo, do saber médico. Como conferir um conteúdo e uma forma ao saber médico, como impor regras homogêneas à prática dos tratamentos, como impor essas regras à população, menos, aliás, para fazê-la compartilhar esse saber do que para torná-lo aceitável a ela? Isso foi a criação dos hospitais, dos dispensários, da Sociedade Real da Medicina, a codificação da profissão médica, toda uma enorme campanha de higiene pública, toda uma enorme campanha também sobre a higiene dos recém-nascidos e das crianças etc.<sup>9</sup>. (Foucault, 1999, pp. 216-217)

É importante destacar o termo higiene pública e seus traços, apresentados na aula 17 de março de 1976, em que a problemática da biopolítica surge não só em relação ao saber médico, mas a outros

---

<sup>7</sup> Aula de 21 de janeiro de 1976.

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Aula de 25 de fevereiro de 1976.



estratagemas de saberes, novas estratégias e exercícios de poder. O racismo de Estado e a guerra das raças é inserido em outros eixos.

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico. (Foucault, 1999, pp. 285-286)

O controle da vida entra no registro biológico. Nas análises dos processos históricos, como a teoria clássica da soberania – o poder soberano, o direito de espada –, a submissão desta vida é de total controle do poder régio, portanto, da dualidade “fazer morrer e deixar viver”. No entanto, é sempre pela possibilidade de “matar” que o poder soberano detém o poder da vida, do fazer viver. Com a mudança de “paradigma político” da transformação do direito, a vida constitui outro estatuto, ainda que obedecendo inversamente a mesma conjunção do poder soberano, isto é, “fazer viver e deixar morrer”. A aplicação dessa conjunção se constitui de outros mecanismos de poder sobre a vida, sobre o corpo. Para além dos surgimentos das tecnologias centralizadas sobre o corpo individual, no final do século XVII e início do século XVIII, que caracterizam o poder disciplinar, como classificação, hierarquização, inspeção e vigilância, há um novo mecanismo de poder de centralização do corpo, não pela sua individualidade enquanto um estatuto unitário, mas dos “corpos” plurificados e massificados.

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. (Foucault, 1999, pp. 288-289)

Essa nova tecnologia, cujos instrumentos não suprimem as disciplinas e não a distinguem separadamente, mas a integram e, de algum modo, a potencializam de outras formas, é a biopolítica.

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais, precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se

resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humana, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana. (Foucault, 1999, p. 289)

O conjunto de saberes e tecnologias que se refere à biopolítica, segundo Foucault, é a esfera da ciência biológica enquanto uma questão política, a exemplo do controle estatístico do nascimento, mortalidade, fecundidade e natalidade de uma população. Cada uma dessas categorias marca os primeiros objetivos do saber biopolítico – e, ao mesmo tempo, contempla uma especificidade no corpo social –, que, integrados e totalizados, formam esse corpo-população. De certo modo, pode-se conceber a biopolítica como uma forma de transição de saberes em suas aplicabilidades, como, por exemplo, o problema da morbidade na Idade Média, em que “a lepra e a peste” causaram múltiplas mortes, definindo assim um quadro epidêmico. Já com essa nova tecnologia, a questão da morbidade causada por doenças das mesmas proporções passa a ser abordada de outras formas, isto é, por quadros endêmicos – controle da natureza, extensão e durabilidade da doença. São essas características e traços que corroboram para a problemática da medicina social, do saber médico e da higiene pública, posta anteriormente.

São esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. Portanto, problemas de reprodução, da natalidade, problema da morbidade também. (Foucault, 1999, p. 291)

É importante destacar a relevância desses problemas apresentados em relação à temática do espaço, de modo direto e indireto. A análise da questão do espaço é fundamental para compreender como essa nova tecnologia de poder, a biopolítica, se dá no corpo-população. O protagonismo do espaço na biopolítica se apresenta em outras nuances e não da mesma forma como se dá nas compreensões dos espaços disciplinares, enfatizadas em *Vigiar e Punir*, apesar de haver muita aproximação. O panoptismo arquitetônico radicaliza, generaliza e se ramifica numa estratégia de poder, isto é, de vigilância dos corpos através das singularidades espaciais, como em escolas, prisões,

hospitais, fábricas e asilos psiquiátricos. Na biopolítica, o espaço entra na esfera urbana, ou seja, do espaço da cidade.

A preocupação com as relações entre a espécie humana, os seres humanos enquanto espécie, enquanto seres vivos, e seu meio, seu meio de existência – sejam, efeitos brutos do meio geográfico, climático, hidrográfico: os problemas, por exemplo, dos pântanos, das epidemias ligadas à existência dos pântanos durante toda a primeira metade do século XIX. E, igualmente, o problema desse meio, na medida em que não é um meio natural e em que repercute na população; um meio que foi criado por ela. Será, essencialmente, o problema da cidade. Eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu saber. (Foucault, 1999, p. 292)

Neste sentido, é evidente que o espaço é um dos problemas fundamentais para a biopolítica. As preocupações com os “efeitos do meio”, com a maneira com que os corpos estão dispostos e distribuídos no “meio”, implicam na composição espacial da cidade e na conseqüente constituição de seus problemas, ou seja, doenças e situações adversas. O contexto da cidade se submete à conjunção entre os poderes disciplinar e biopolítico – e aqui o biopolítico está relacionado a uma tecnologia reguladora. O espaço da cidade se insere na ambigüidade dessas técnicas de poder, que se mesclam de modo a dificultar sua distinção.

[...] esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar, o outro regulamentador, não estão no mesmo nível. Isso lhes permite, precisamente, não se excluírem e poderem articular-se um com o outro. Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro. Um ou dois exemplos: examinem, se quiserem, o problema da cidade, ou, mais precisamente, essa disposição espacial pensada, concebida, que é a cidade-modelo, a cidade artificial, a cidade de realidade utópica, tal como não só a sonharam, mas constituíram efetivamente no século XIX. Examinem algo como a cidade operária. A cidade operária, tal como existe no século XIX, o que é? Vê-se muito bem como ela articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, pôr indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade: toda uma série de mecanismos disciplinares que é fácil encontrar na cidade operária. E depois vocês têm toda uma série de mecanismos que são, ao contrário, mecanismos regulamentadores, que incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados ao habitat, à locação do habitat e, eventualmente, à sua compra. Sistema de seguro-saúde ou de seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade ótima população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a

escolaridade, etc. Logo, vocês têm mecanismos disciplinares e mecanismos regulamentadores. (Foucault, 1999, pp. 299-300)

O entrecruzamento dessas tecnologias de saber-poder possui uma característica singular de direcionamento e objetividade, o que significa dizer que os espaços da cidade estão interpelados por tais tecnologias de poder. A arquitetura da cidade, sua morfologia e desenvolvimento urbano se aplicam nos diversos registros, tanto disciplinar quanto biopolítico – uns se sobrepõem e outros se justapõem justamente por semelhança e aproximação. No entanto, é possível notar algumas sutilezas na aplicabilidade de suas práticas, separando-as e conciliando-as, mesmo que o destaque seja somente em torno de analisar o espaço da cidade sob os prismas da biopolítica.

Para ampliar as colocações acerca da biopolítica, a introdução da temática e a problematização do espaço da cidade, na última aula do curso *Em Defesa da Sociedade*, de 17 de março de 1976, é necessário continuar o debate sobre esse tema e sobre as novas roupagens da biopolítica. Isto se dá no curso *Segurança, Território e População* (1977-1978), em que a questão da cidade se apresenta com mais nitidez, como chave de compreensão dos problemas da biopolítica.

No curso *Segurança, Território e População*, Foucault tem como intenção dar seguimento às análises sobre biopolítica, porém com outros eixos de abordagem, novas características e objetos de investigação.

Este ano gostaria de começar o estudo de algo que eu havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. Então, antes de mais nada, um certo número de proposições, por assim dizer, proposições no sentido de indicações de opção; não são nem princípios, nem regras, nem teoremas<sup>10</sup>. (Foucault, 2008, p. 3)

Pode-se compreender o termo biopoder como um conjunto de práticas que têm relações com o poder disciplinar – são saberes que se aplicam simultaneamente. Foucault remonta à mesma metodologia do curso anterior, ou seja, se utiliza das genealogias para analisar outras práticas de saber-verdade. “Certo é que, tendo como objetivo traçar a genealogia do ‘poder sobre a vida’, Foucault orienta o curso de 1978, *Segurança, território, população*, para um horizonte mais amplo,

---

<sup>10</sup> Aula de 11 de janeiro de 1978.

que, a seu ver, engloba a biopolítica: uma história da governamentalidade” (Bazzicalupo, 2017, p. 53).

Os mecanismos do biopoder são vinculados a uma estratégia política, ou seja, a uma governamentalidade política, que perpassa determinadas práticas das quais emergem dispositivos específicos. Nesse sentido, conceitos chaves como segurança, território e população, são interpretados, na visão de Foucault, enquanto dispositivos fundamentais para a compreensão da biopolítica.

A proposta inicial é justamente fazer uma “introdução” às análises sobre o espaço de acordo com a concepção da biopolítica que, por sua vez, acaba se relacionando de alguma forma com esses dispositivos, à medida que eles se cruzam com a problemática do espaço da cidade. Ao mesmo tempo, seria um trabalho árduo esmiuçar cada um desses dispositivos. Aqui, cabe apenas destacar suas implicações com o espaço, ou seja, apresentar algumas noções fundamentais.

Em *Segurança, Território e População*, a abordagem dos problemas do espaço da cidade como uma questão biopolítica surge a princípio com uma questão de segurança:

A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina. Na ordem do direito, portanto, na ordem da medicina, e poderia multiplicar os exemplos [...] vocês estão vendo que encontramos apesar de tudo uma evolução um tanto ou quanto parecida, transformações mais ou menos do mesmo tipo nas sociedades, digamos, como as nossas, ocidentais. Trata-se da emergência de tecnologias de segurança no interior, seja de mecanismos que são propriamente mecanismos de controle social, como no caso da penalidade, seja dos mecanismos que têm função modificar em algo o destino biológico da espécie. (Foucault, 2008, pp. 14-15)

Segundo Bazzicalupo,

Até a publicação de *Vigiar e punir*, Foucault havia levado em consideração as tecnologias disciplinares; nos dois cursos sobre biopolítica, elas passam a acompanhar os dispositivos de segurança, transformando-se parcialmente nos próprios. Ao contrário do sistema disciplinar, o dispositivo de segurança toma emprestadas as suas categorias da epistemologia biológica e médica da segunda metade do século XIX. O disciplinar é portador de categorias “naturalísticas”, como, por exemplo, território, formação/instrução, indivíduo/povo. O sistema de segurança articula as velhas categorias com as do novo léxico: ambiente, normalização/regulação, população. (Bazzicalupo, 2017, p. 57)

Através dos dispositivos de segurança, Foucault analisa suas principais características intrínsecas, como o espaço, a aleatoriedade, a normalização e, por fim, a população. Aqui, é necessário frisar a função do espaço:

Poderíamos dizer, à primeira vista e de uma maneira um tanto esquemática: a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população. (Foucault, 2008, pp. 15-16)

Em Foucault, a abordagem do espaço é demasiadamente complexa, justamente por mesclá-la às “esferas” de poder, ou seja, ao soberano e disciplinar. Inserir o espaço nessas colocações parece simples, mas não resolve um problema comum e peculiar para ambos: a multiplicidade dos corpos.

A cidade era, ainda no século XVIII, no início do século XIX também, essencialmente caracterizada por uma especificidade jurídica e administrativa que a isolava ou a marcava de uma maneira bastante singular em relação às outras extensões e espaços do território. Em segundo lugar, a cidade se caracterizava por um encerramento dentro de um espaço murado e denso, no qual a função militar nem de longe era a única. E, por fim, ela se caracterizava por uma heterogeneidade econômica e social muito acentuada em relação ao campo. (Foucault, 2008, p. 17)

Segundo Foucault, a cidade era concebida, no século XVII e XVIII e início do XIX, como um espaço “fechado” e “denso”, matizado pelo princípio da muralha. O que se apreende desse período é justamente o crescimento e o desenvolvimento das populações da Europa ocidental. O acúmulo e adensamento do espaço remete a um problema que Foucault adota como um conceito, isto é, a circulação. A circulação é um termo chave para compreender as práticas do biopoder.

[...] o crescimento do comércio e, depois, no século XVIII, da demografia urbana colocava o problema do seu adensamento e do seu encerramento no interior das muralhas. O desenvolvimento das técnicas militares também colocava esse mesmo problema. Enfim, a necessidade de intercâmbios econômicos permanentes entre a cidade e seu entorno imediato para a subsistência, seu entorno distante para suas relações comerciais, tudo isso [fazia como que] o encerramento da cidade, seu encravamento, [também levantasse] um problema. E, em linhas gerais, era precisamente desse desencravamento espacial, jurídico, administrativo, econômico da cidade que se tratava no século XVIII. Ressituar a cidade num espaço de circulação. (Foucault, 2008, p. 17)

Na aula 11 de janeiro de 1978, Foucault utiliza três exemplos, ou melhor, modelos de organização de espaço urbano, apresentando três concepções de cidade que abordam o problema da circulação. O primeiro exemplo é um escrito do engenheiro Alexandre Le Maître, *La Métropolitée*.

A análise que Le Maître faz é o seguinte: o Estado, diz ele, se compõe na verdade de três elementos, três ordens, três estados mesmo: os camponeses, os artesãos e o que ele chama de terceira ordem ou terceiro estado, que são, curiosamente, o soberano e os oficiais que estão ao seu serviço. Em relação a esses três elementos, o Estado deve ser como um edifício. As funções do edifício, as que estão na terra, debaixo da terra, que não vemos mas que asseguram a solidez do conjunto, são é claro os camponeses. As partes comuns, as partes de serviço do edifício,

são é claro os artesãos. Quanto às partes nobres, as partes de habitação e de recepção, são os oficiais do soberano e o próprio soberano. (Foucault, 2008, p. 18)

A obra *La Métropolitée* compreende o espaço urbano como edifício, em seu princípio, entendido como uma forma de divisão-separação, um edifício-hierárquico, sendo a sua composição marcada por divisões de funções. Essas três demarcações são articuladas por Le Maître em funções que possuem um formato geométrico circular, uma “cidade circular”, um “Estado circular”, um “edifício circular” – nas margens: os camponeses; no meio: os artesãos; no centro: o soberano e os oficiais. É no centro, na capital, onde ocorrem as relações políticas e também vêm do centro os exemplos e os bons costumes que se ramificam por toda a extensão do país. Pode-se compreender esse projeto como uma soberania espacial. Apesar dos aspectos utópicos, simbólicos e estéticos, esse projeto arquitetônico da “cidade” possui uma relação com a tentativa de sanar o problema da circulação que, de algum modo, articula o espaço e seus comportamentos conforme as funções que lhe são atribuídas. Ou seja, essas três camadas (classes) não se misturam.

Um bom soberano, seja ele um soberano coletivo ou individual, é alguém que está bem situado no interior de um território, e um território que é civilizado no que concerne à sua obediência ao soberano é um território que tem uma boa disposição espacial. Pois bem, tudo isso, essa ideia da eficácia política da soberania está ligada aqui à ideia de uma intensidade das circulações: circulação das ideias, circulação das vontades e das ordens, circulação comercial também. Para Le Maître, trata-se, no fundo – ideia ao mesmo tempo antiga, já que se trata da soberania, e moderna, já que se trata da circulação –, de superpor o Estado de soberania, o Estado territorial e o Estado comercial. Trata-se de amarrá-los e de reforçá-los uns em relação aos outros. (Foucault, 2008, p. 20)

O segundo exemplo abordado por Foucault é uma cidade francesa chamada Richelieu, artificialmente criada a partir do nada, no século XVII. “Onde não havia nada, construiu-se uma cidade. E como a construíram? Pois bem, utilizou-se a célebre forma do acampamento romano que, na época, acabava de ser reutilizada na instituição militar como instrumento fundamental de disciplina” (Foucault, 2008, p. 21). O formato arquitetônico utilizado na construção dessa cidade é o mesmo dos acampamentos militares, com o uso geométrico do quadrado e do retângulo. Isso permite uma composição disciplinar do espaço – a utilização simétrica das linhas geométricas do quadrado e do retângulo tornam a articulação das ruas e os fluxos de circulação dos corpos mais eficazes. A cidade-acampamento entra na esfera disciplinar do espaço e possui o controle dos espaços de moradia, com ruas largas; dos espaços de comércio, com ruas estreitas; das ruas que se cruzam em linha reta, com as ruas principais. Ao mesmo tempo que há um controle e um gerenciamento do espaço – e, portanto, da circulação –, o desenvolvimento do comércio e a abertura de novos

estabelecimentos comerciais, localizados no centro desse quadrado ou retângulo, geram um problema de circulação causado pelo estreitamento das ruas, uma vez que o bairro comercial ou o espaço destinado para o comércio é margeado por seu entorno.

Creio que, nesse esquema simples, encontramos exatamente o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, isto é, [a] constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser constituídas multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio, assegurar a moradia etc. (Foucault, 2008, p. 23)

O terceiro exemplo, talvez o mais fundamental para compreender a relação do espaço para com a biopolítica, é o da cidade de Nantes, na França, no século XVIII.

Cidade importante, porque está em pleno desenvolvimento comercial, por um lado, e porque, por outro, suas relações com a Inglaterra fizeram com que o modelo inglês fosse utilizado. E o problema de Nantes é, evidentemente, o problema: desfazer as aglomerações desordenadas, abrir espaço para as novas funções econômicas e administrativas, regulamentar as relações com o entorno rural e, enfim, prever o crescimento. (Foucault, 2008, p. 23)

O fator requerido para desfazer as aglomerações é justamente o problema da circulação – metaforicamente, esse projeto arquitetônico da cidade tinha que obedecer à forma de um coração, principal órgão correspondente a uma boa circulação. Nessa perspectiva, pode-se compreender o espaço da cidade como um espaço orgânico. O exemplo de Nantes é importante e fundamental para Foucault, justamente porque a consistência desse projeto é o bom gerenciamento do espaço no sentido orgânico, destacando as principais características e práticas do mecanismo biopolítico e obedecendo a alguns critérios:

Em primeiro lugar, abrir eixos que atravessassem a cidade e ruas largas o bastante para assegurar quatro funções. Primeira, a higiene, o arejamento, eliminar todas aquelas espécies de bolsões em que se acumulavam os miasmas mórbidos nos bairros demasiado apertados, em que as moradias eram demasiado apinhadas. Função de higiene, portanto. Segunda, garantir o comércio interior da cidade. Terceira, articular essa rede de ruas com estradas externas de modo que as mercadorias de fora pudessem chegar ou ser enviadas, mas isso sem abandonar as necessidades do controle aduaneiro. E, por fim – o que era um dos problemas importantes das cidades do século XVIII –, possibilitar a vigilância, a partir do momento em que a supressão das muralhas, tornada necessária pelo desenvolvimento econômico, fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo. Em outras palavras, tratava-se de organizar a



circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, de maximizar a boa circulação da má. (Foucault, 2008, p. 24)

Por consequência, o espaço é articulado em sua ampla complexidade e multiplicidade. A questão fundamental para permitir o bom fluxo e o controle da circulação é pensar a rua como um espaço e o entrecruzamento das ruas com seus lugares-estabelecimentos. É necessário destacar que a rua é uma característica biopolítica e que é através da rua que a circulação é estabelecida, ou melhor, permitida.

O que é uma boa rua? É uma rua na qual vai haver, é claro, uma circulação dos chamados miasmas, logo das doenças, e vai ser necessário administrar a rua em função desse papel necessário, embora pouco desejável, da rua. A rua vai ser também aquilo por meio do que se levam as mercadorias, vai ser também aquilo ao longo do que vai haver lojas. A rua vai ser também aquilo pelo que vão poder transitar os ladrões, eventualmente os amotinados etc. (Foucault, 2008, p. 26)

Há uma outra questão que é preciso ressaltar, que amarra, de algum modo, o espaço da cidade, o problema da circulação e, ao mesmo tempo, define o espaço na concepção da biopolítica, isto é, a questão do meio, do ambiente.

O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É, portanto, o problema circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio. (Foucault, 2008, p. 27)

É válido destacar que analisar a biopolítica como um problema do meio significa dizer que esta não é somente um problema da cidade, ou seja, a cidade não é apenas um espaço biopolítico. Uma análise atenta do problema do meio permite concluir que a cidade é uma consequência biopolítica.

O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casa, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. Por exemplo, quanto maior a aglomeração desordenada, mais haverá miasmas, mais se ficará doente. Quanto mais se ficar doente, mais se morrerá, claro. Quanto mais se morrer, mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas etc. Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio. (Foucault, 2008, p. 28)

Através das análises apresentadas dos problemas iniciais do *meio* e, para melhor compreendê-las, é preciso deslocar o eixo de compreensão do espaço biopolítico somente enquanto algo “físico”, isto é, uma manifestação física e concretamente visível. Há indícios de que a problemática do espaço biopolítico percorre questões do espaço da cidade. O poder biopolítico é gerenciado por mecanismos e estratégias específicas – que, por consequência, se aplicam ao espaço. Os elementos mais fundamentais desses mecanismos são os “dispositivos de segurança”, justamente por abranger um vasto conjunto heterogêneo de aplicações dessas estratégias.

A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e disciplina. [...] Trata-se da emergência de tecnologias de segurança no interior dos mecanismos que têm por função modificar em algo o destino biológico da espécie<sup>11</sup>. (Foucault, 2008, pp. 14-15)

O dispositivo de segurança é o gestor do “meio” onde a população se concentra, gestor do controle social, das circulações, dos fluxos de mercadorias, das penalidades e também da saúde. Ao mesmo tempo, é responsável por administrar eventos adversos e aleatórios, por exemplo, as doenças (aqui vale citar a lepra) e até mesmo fatores econômicos, como a escassez alimentar<sup>12</sup>.

Resumidamente, em considerações breves, durante o curso *Segurança, Território e População*, Foucault faz uma análise acerca da governamentalidade – ou melhor, do governo dos homens –, traçando uma trajetória da arte de governar; das análises do regime pastoral cristão, suas linhas de ruptura para com uma nova forma de governar e suas linhas de continuidade, fortemente marcadas pelo poder soberano; de um regime de governo medieval para uma concepção nova de governar, o Estado – ou seja, do regime medieval pastoral à *ratio status*, razão de Estado. O Estado é um fenômeno inteligível da política, assim como a própria política também o é. A razão de Estado como nova forma de reger a governamentalidade dos homens marca uma linha de “ruptura” predominante no século XVI.

Através dessa nova constituição de governo que perpassa a perspectiva do Estado, mecanismos de manutenção e permanência se fazem úteis para uma estratégia de poder que se aplica no gerenciamento da população e de seu território. Entre essas estratégias de governo surge o sistema de segurança chamado “Estado de polícia”, o principal mecanismo de gerenciamento da população,

---

<sup>11</sup> Esta citação se repete parcialmente justamente para realocar a discussão do dispositivo de segurança.

<sup>12</sup> Não é a intenção abordar esses temas, porém, o exemplo da escassez alimentar é importante justamente por ser um evento aparentemente ambíguo, ou seja, em primeiro lugar, a apresentação do problema da “fome” e, em segundo, um problema que é equacionado por questões econômicas. Esta temática é enfatizada na aula de 18 de janeiro de 1978, em *Segurança, Território e População* (1977-1978).

dos cuidados à punição. Apesar de não termos a intenção de analisar esse mecanismo específico, ou seja, sua constituição e suas diversas aplicações, é interessante notar como o dispositivo de segurança, conciliado com os mecanismos biopolíticos, opera no espaço da cidade e na vida da população, por exemplo, na saúde:

A saúde torna-se um objeto de polícia na medida em que a saúde é efetivamente uma das condições necessárias para que os homens numerosos, que subsistem graças aos víveres e aos elementos de primeira necessidade que lhes são fornecidos, esses indivíduos possam trabalhar, exercer atividades, ocupar-se<sup>13</sup>. (Foucault, 2008, p. 436)

Em relação ao espaço, a polícia será responsável pela circulação e seu controle e, como exemplo, é válido lembrar dos problemas apresentados nos modelos das cidades abordados na aula de 11 de janeiro de 1978, em *Segurança, Território e População*:

[...] a circulação das mercadorias, dos produtos oriundos da atividade dos homens. E essa circulação deve ser entendida antes de mais nada no sentido dos instrumentos materiais que é necessário lhe proporcionar. Assim, a polícia cuidará das estradas, da sua manutenção, do seu desenvolvimento, da navegabilidade dos rios, dos canais, etc. [...] Por “circulação”, porém, deve-se entender não apenas essa rede material que possibilita a circulação das mercadorias e eventualmente dos homens, mas a própria circulação, isto é, o conjunto dos regulamentos, imposições, limites ou, ao contrário, facilidades e incentivos que vão possibilitar a circulação dos homens e das coisas no reino e, eventualmente, fora das fronteiras. [...] É todo esse campo da circulação que vai se tornar, depois da saúde, depois dos víveres e dos objetos de primeira necessidade, depois da própria população, o objeto da polícia<sup>14</sup>. (Foucault, 2008, p. 437)

A polícia enquanto sistema de segurança é um dos principais fatores para se compreender o espaço e o contexto da cidade nas práticas biopolíticas. Por conseguinte, suas finalidades e objetivos possuem práticas essencialmente urbanas. “Urbanos no sentido de que uns, alguns desses objetos, só existem na cidade e porque existe uma cidade. São as ruas, as praças, os edifícios, o mercado, o comércio, as manufaturas, as artes mecânicas etc.<sup>15</sup>” (Foucault, 2008, p. 451).

O espaço biopolítico só possui um estatuto de compreensão se passar pela perspectiva do dispositivo de segurança, isto é, pela polícia e por suas práticas de regulamentação urbana, gerenciamento e administração do território. Por fim:

A polícia como condição de existência da urbanidade. [...] Há cidades porque há polícia, e é porque há cidades tão perfeitamente policiadas que se teve a ideia de transferir a polícia para

---

<sup>13</sup> Aula de 29 de março de 1978.

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> Aula de 5 de abril de 1978.

a escala geral do reino. “Policar”, “urbanizar”, evoco simplesmente essas duas palavras para que vocês tenham todas as conotações, todos os fenômenos de eco que pode haver nessas duas palavras e com todos os deslocamentos e atenuações de sentido que pode ter havido no decorrer do século XVIII, mas, no sentido estrito dos termos, policar e urbanizar é a mesma coisa<sup>16</sup>. (Foucault, 2008, p. 453)

Há outros operadores e mecanismos de poder que estão em jogo na leitura e compreensão do espaço biopolítico. O dispositivo *policar* é justamente esse corpo transitório que permeia o espaço da cidade e que o rotaciona, tanto na forma de regulamentação, ordenação e organização, quanto na sua potencialização. Podemos conceber o termo “urbano” como aquilo que não possui uma característica sólida no espaço da cidade, o urbano é um organismo vivo e circundante no espaço da cidade.

Para exemplificar as problemáticas do *meio* é necessário compreender a concepção do espaço do cemitério. Houve uma mudança no final do século XVIII, que teve continuidade no século XIX, não apenas pelo fato das civilizações modernas terem se tornado ateias, mas por um problema sanitário, uma questão de saúde pública – e, por sua vez, uma questão urbana.

São os mortos, supõe-se, que trazem as doenças aos vivos, e é a presença e a proximidade dos mortos ao lado das casas, ao lado da igreja, quase no meio da rua, é essa proximidade que propaga a própria morte. Esse grande tema da doença disseminada pelo contágio dos cemitérios persistiu no fim do século XVIII; e foi simplesmente ao longo do século XIX que se começou a processar a remoção dos cemitérios para a periferia. Os cemitérios constituem, então, não mais o vento sagrado e imortal da cidade, mas a “outra cidade”, onde cada família possui uma morada sombria. (Foucault, 2006, pp. 417-418)

É pelo medo do contágio de doenças oriundas dos mortos que a mudança topológica ocorre, uma questão puramente de saúde, logo, de vida. Nesse sentido, é possível compreender essa mudança como uma questão médica. Aqui, se dá o ponto de conexão com a biopolítica, ou seja, com a medicina urbana.

Nesse momento, vale destacar a conferência *O nascimento da medicina social*, de outubro de 1974, realizada no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cuja premissa é o surgimento da medicina urbana. Como exemplo, Foucault expõe a problemática da passagem da medicina social à urbanização, na França do século XVIII. Um dos principais fatores que colaboraram com o desenvolvimento urbano na França nesse período foi a questão do cemitério, igualmente colocada no segundo princípio heterotópico, que envolve o medo, a doença e a morte. Os

---

<sup>16</sup> Ibid.

fatores do cemitério, somados a outros eventos oriundos do espaço urbano, colocam em questão os problemas da cidade e até uma fragilidade do espaço urbano e da coexistência social. Surge assim uma espécie de “fobia urbana”:

Nasce o que chamarei medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das *caves* sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar. (Foucault, 2015, p. 154)

Essa aversão também ocorre em relação à composição do espaço do cemitério, no século XVIII. Foucault diz:

Tem-se, assim, certo número de pequenos pânico que atravessaram a vida urbana das grandes cidades do século XVIII, especialmente de Paris. Darei o exemplo do “Cemitério dos Inocentes” que existia no centro de Paris, onde eram jogados, uns sobre os outros, os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um túmulo individual. O amontoamento interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas caves provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia etc. Este pânico urbano é característico do cuidado, da inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano. (Foucault, 2015, pp. 154-155)

A associação entre o medo do contágio de doenças, o advento da morte e o cemitério tornou necessária a adoção de medidas espaciais, topológicas e urbanas, além de condições de controle e regulamentações – por exemplo, a saúde como objeto do sistema de segurança, sendo o gerenciamento policial o encarregado de tal função.

Portanto vai ser necessário estar atento a tudo o que possa causar as doenças em geral. Vai ser então o caso, principalmente nas cidades, do ar, do arejamento, da ventilação, estando tudo isso, evidentemente, ligado à teoria dos miasmas, e vamos ter toda uma política de um novo equipamento, de um novo espaço urbano que será submetido, subordinado a princípios, a preocupações de saúde: largura das ruas, dispersão dos elementos que podem produzir miasmas e envenenar a atmosfera, os açougues, os matadouros, os cemitérios. Portanto toda uma política do espaço urbano ligada a esse problema da saúde. (Foucault, 2008, p. 436)

O espaço é uma problemática ambígua. É um problema na medida em que é a causa, por exemplo, da má circulação e de doenças e, ao mesmo tempo, uma solução, na medida em que a sua compreensão se torna um fator crucial para a intervenção e inibição dos problemas causados. A partir no século XVIII, o espaço é pensado enquanto gestão e administração. Para além do espaço em si, isto é, ruas largas, boa circulação etc, um de seus objetivos é articulado para prevenção de eventos ligados à “vida” e à saúde da população.

O espaço entra na esfera de um saber médico, ou o perpassa. Nesse sentido, destaca-se a conferência *O nascimento da medicina social*, que apresenta os principais elementos de um saber médico.

Em que consiste essa medicina urbana? Essencialmente em três grandes objetivos: 1º) Analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos. São essencialmente os cemitérios. É assim que aparecem, em torno dos anos 1740-1750, protestos contra o amontoamento dos cemitérios e, mais ou menos em 1780, as primeiras grandes emigrações de cemitérios para a periferia da cidade. [...] 2º) A medicina urbana tem um novo objeto: o controle da circulação. Não da circulação dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar. [...] 3º) Outro grande objeto da medicina urbana é a organização do que chamarei distribuições e sequências. Onde colocar os diferentes elementos necessários à vida comum da cidade? É o problema da posição recíproca das fontes e dos esgotos ou dos barcos-bombeadores e dos barcos-lavanderia. (Foucault, 2015, pp. 158-160)

Como é possível compreender o espaço biopolítico? É demasiadamente complexo defini-lo. Pode-se compreendê-lo como um espaço repleto de variedade – aqui, por mais que o termo seja simplório, é usado em seu total sentido, tanto por uma questão morfológica – como o caso da cidade –, quanto por uma questão demográfica, ou seja, é nessa variedade de fatores que a biopolítica vai exercer seu poder no espaço.

Os mecanismos e estratégias de poder biopolítico se aplicam ao espaço urbano e ao espaço da cidade, remetendo assim a uma compreensão da noção do espaço biopolítico, isto é, a cidade. A cidade é uma questão biopolítica e um espaço exclusivo para se pensar a biopolítica. A aplicação dos mecanismos biopolíticos se sobrepõe a um espaço que não é somente um espaço específico, um edifício, talvez uma instituição – não é a mesma compreensão do espaço disciplinar, apesar de haver semelhanças. O espaço em questão de proporção é maior e, por sua vez, os eventos aleatórios também são maiores. O espaço biopolítico é um espaço totalizante, permeando a morfologia completa da cidade. Paralelamente, o espaço biopolítico inverte o *panoptismo* e já não é mais a prisão enquanto

arquitetura do poder disciplinar aplicada ao corpo social, é a arquitetura do hospital que se generaliza – mesmo que essa arquitetura seja ela mesma disciplinar<sup>17</sup>. O hospital se institucionaliza na estrutura urbana da cidade e a vigilância se torna médica.

Segundo Foucault:

A medicalização da cidade, no século XVIII, é importante por várias razões: 1º) Por intermédio da medicina social urbana, a prática médica se põe diretamente em contato com ciências extramédicas, fundamentalmente a química. [...] A inserção da medicina no funcionamento geral do discurso e do saber científico se fez pela socialização da medicina, devido ao estabelecimento de uma medicina coletiva, social, urbana. [...] 2º) A medicina urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência. [...] 3º) Com ela aparece, pouco antes da Revolução Francesa, uma noção que terá uma importância considerável para a medicina social: a noção de salubridade. [...] Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. (Foucault, 2015, pp. 162-163)

Pode-se notar que a problemática do espaço biopolítico não se refere somente ao cuidado com a população, com o corpo e o organismo, mas sim com tudo que está em seu entorno. A partir das práticas de gerenciamento do que se está “em volta” da vida, ou seja, do seu meio habitado e coexistido, o espaço é o objeto principal. Nesse sentido, pode-se compreender o espaço enquanto um dispositivo de poder biopolítico, sendo que o espaço do exercício biopolítico é a cidade, em que narrativas do saber médico são apropriadas para a arquitetura da cidade. As análises do poder biopolítico se sobrepõem ao espaço da cidade e, dentro do espaço da cidade e de sua circunscrição, a biopolítica também se sobrepõe em múltiplos espaços que pertencem à cidade, como é o caso do cemitério. O cemitério é um espaço dentro do espaço da cidade.

## Referências

- Bazzicalupo, L. (2017). *Biopolítica: um mapa conceitual*. São Leopoldo: Unisinos.
- Bentham, J. (2008). *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2006). *Ditos e escritos IV – Estratégia: Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.

---

<sup>17</sup> No contexto de *Vigiar e Punir* (1975), e, também, nas preleções de cartas de Jeremy Bentham em *O Panóptico* (1787).

Foucault, M. (1974). Crise da medicina ou crise da antimedicina. *Verve*, (18), pp. 167-194, 2010.

Foucault, M. (2015). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, M. (1976). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

Temple, G. C. (2012). *Poder e resistência em Michel Foucault: uma genealogia do acontecimento*. São Paulo: UFSCAR.